

Energia de reserva: resultado do leilão é considerado bom, mas aquém da necessidade 19/08/2008

Preço e prazo de entrega de equipamentos contribuíram para o montante de 548 MW médios ficar 74% abaixo da oferta inicial de 2.102 MW med

Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Negócios

A venda de 548 MW médios no leilão de energia de reserva, que aconteceu no dia 14 de agosto, foi considerada como bom resultado por mostrar o desejo dos empresários da área de cana-de-açúcar em participar do processo de geração de energia. Mas, ao mesmo tempo, os especialistas acham que o montante é pouco para cobrir as necessidades do país e que ajustes precisam ser feitos. Alguns dos problemas foram o preço-teto, R\$ 157 por MWh, abaixo do esperado e os prazos considerados curtos para entrega da energia.

“Mas, existem motivos de sobra para comemorar, pois se trata da materialização da entrada da energia de biomassa na matriz energética brasileira, uma opção mais econômica que as outras térmicas e disponível exatamente no período mais seco do ano. E isto cria expectativas muito boas para todos os consumidores, livres e regulados”, afirmou Paulo Mayon, diretor-presidente da Associação Nacional de Consumidores de Energia.

Em análise pós-leilão, o Instituto Acende Brasil também considerou o resultado satisfatório, mas ressaltou o reduzido impacto na oferta. Para a entidade, o leilão não atenua o déficit estrutural de 1 mil MW médios verificado para 2009. Neste ano, a redução é mínima de 23 MW med. Para 2011, o déficit diminui de 1,1 mil MW med para 676 MW med; e, em 2012, de 2.100 mil MW med para 1.562 MW med.

"A consequência da baixíssima redução do déficit em 2009, é que, a exemplo de 2008, para garantir a segurança de oferta de energia, o país continuará dependendo de hidrologia favorável ou de medidas discricionárias e prejudiciais ao consumidor, como o acionamento de térmicas a óleo fora da ordem de mérito", observa o relatório do instituto.

Para o sócio da Delta Energia, Mateus Andrade, o preço oferecido pelo governo foi "razoável", mas não viabilizava todos os projetos. "A rentabilidade ficaria menor do que o necessário para remunerar o empreendimento", analisou o executivo.

Andrade disse que a energia não comercializada no certame deve ser desviada para o leilão A-3 e para o mercado livre. A vantagem da venda, diretamente, para os consumidores livres está no preço maior que os verificados nos leilões do governo. "Nos leilões, no entanto, eles já têm, praticamente, garantido o financiamento pelo BNDES", comparou Andrade.

O Instituto Acende Brasil lembra que as reduções da quantidade a ser disponibilizada no leilão aconteceram ao longo de todo o processo. A Empresa de Pesquisa Energética habilitou 2.102 MW médios, mas apresentaram garantia de 1.160 MW med. Ou seja, entre a habilitação e o fim do leilão, a oferta caiu 74%. Entre os motivos da queda estão o prazo exigido para entrega da energia, considerado curto face os cronogramas de implantação dos projetos; e a indefinição regulatória sobre as linhas de transmissão que conectarão as usinas à rede básica.

De acordo com Andrade, o prazo para os projetos *greenfield* foram apertados também devido ao superaquecimento do mercado. "Os fornecedores não conseguiriam entregar os equipamentos para operação em 2009 ou 2010, em alguns casos. O prazo para a conclusão das usinas era apertado", completa.